



## REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CANDIOTA/RS

Paula Lima Vanacor  
Tânia Marques Strohaecker  
Antonio Paulo Cargnin

### RESUMO

O presente trabalho traz reflexões acerca da formação sócio-espacial do município de Candiota no estado do Rio Grande do Sul em sua relação com a exploração de carvão mineral. Estas reflexões ganham relevância na medida em que a crescente preocupação ambiental pode levar, no futuro, à interrupção da exploração deste mineral. Esta medida, que seria muito importante para a vida no planeta de uma forma geral, poderia gerar problemas sérios na escala local, em Candiota, onde encontram-se as maiores reservas nacionais de carvão mineral, caso não haja planejamento para uma transição na matriz econômica municipal. Neste artigo, apresenta-se uma entrevista realizada com uma pesquisadora que já trabalhou esta temática. Ao final, propõe-se algumas reflexões sobre paradigmas de desenvolvimento, intencionalidade dos atores que produzem espaço e território e planejamento territorial. Defende-se que novas alternativas econômicas devam ser incentivadas em regiões que tem sua matriz econômica vinculada à exploração carbonífera, sendo que estas devem considerar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

**Palavras-chave:** Transformações na matriz energética. Mudanças climáticas e seus reflexos no desenvolvimento. Economia socioambiental. Formação sócio-espacial. Carvão mineral.

### 1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa maior, que consiste em uma dissertação de mestrado. A referida dissertação se propõe a realizar uma análise espacial no município de Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, referente a um contexto de exploração do carvão mineral. O objetivo geral do referido trabalho de mestrado consiste em identificar, a partir do caso de Candiota, as repercussões territoriais promovidas em função da exploração carbonífera e as possibilidades e alternativas para a diversificação econômica, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentado. Para isso, pretende-



se identificar o contexto socioeconômico, territorial e político (atores envolvidos e escalas de atuação) da atividade carbonífera para a área de estudo, além de identificar alternativas econômicas existentes na região.

O trabalho que aqui se apresenta objetiva contribuir com subsídios para a pesquisa, sendo seu intuito aprofundar as reflexões sobre as repercussões territoriais da atividade carbonífera em Candiota a partir de uma investigação de base empírica. O interesse pelo tema se insere dentro de um contexto de preocupação com a temática ambiental, que ganhou força nas discussões internacionais a partir da década de 1990, e provavelmente não perderá relevância durante as próximas décadas, porque se fundamenta sobre uma problemática de difícil solução. Cada vez mais estudos demonstram que a maneira indiscriminada que se usa os elementos da natureza promove desequilíbrios tanto em ecossistemas, mais localizados, quanto na atmosfera, ou seja, com efeitos globais. Desta forma, cresce a consciência social e ambiental de que uma nova relação de produção e de consumo é, não só desejável, mas também necessária. Ao que tudo indica, as mudanças já precisariam ter começado, de forma que é importante que a sociedade consiga se reorganizar mais rapidamente, o que não é tarefa trivial. Um dos pilares desta “mudança necessária” se assenta sobre a maneira que atualmente produzimos energia elétrica, bem como sobre suas formas de consumo.

Pensando em termos de produção, sabe-se que o modelo que foi predominante desde a Revolução Industrial, baseado na energia oriunda de combustíveis fósseis, libera grande quantidade de gases de efeito estufa, e desta forma piora o aquecimento global e todas as consequências negativas que dele advém. Para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, foram assinados diversos acordos internacionais, entre eles, em 2015, o chamado Acordo de Paris. Este acordo visou a diminuir as emissões desses gases para limitar o aquecimento do planeta (de forma que o mesmo se mantenha com no máximo 2°C acima da média de temperaturas pré-industriais) e foi considerado como um avanço em relação a acordos anteriores, porque prevê que os países signatários criem leis internas para vincular juridicamente as metas do Acordo à legislação nacional.

As metas do Brasil estão vinculadas predominantemente ao desmatamento da Amazônia, porque esta é atualmente a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa do país. No que tange à produção de energia elétrica, a maior matriz energética utilizada no país é de hidrelétricas. Entretanto, outras fontes de energia também são exploradas, como



por exemplo o carvão mineral. Sob diversos aspectos, a energia oriunda de usinas termelétricas não representa mais “o futuro”, e sim, se caracteriza cada vez mais como “coisa do passado”. Se bem é verdade que a sociedade atual é dependente da energia elétrica, sua produção por meio da exploração de fontes não-renováveis é cada vez mais questionada em função dos impactos ambientais negativos que provoca. Devido a isso, não é absurdo supor a interrupção da exploração carbonífera para fins de produção de energia elétrica, em médio e longo prazo, em função do desenvolvimento e preferência por fontes alternativas. A referida situação impactaria em diferentes municípios brasileiros, entre eles Candiota, no Rio Grande do Sul, onde encontra-se a maior reserva de carvão mineral do país. Este município possui a maior parte de sua economia vinculada à exploração carbonífera para produção de energia termelétrica, de modo que esta interrupção poderia colapsar a economia municipal, se não forem tomadas as devidas providências.

Em face do exposto, teme-se que a medida positiva de interrupção da exploração carbonífera para adequação a princípios de sustentabilidade ambiental, tão benéfica para a sociedade de uma forma geral, promova insustentabilidade econômica em um município que baseia sua economia nesta atividade, tal como Candiota. Para evitar isso, entende-se que é necessário desenvolver outras atividades econômicas no município, de forma a preparar a sociedade local para uma possível interrupção das atividades de exploração carbonífera no futuro. Entende-se que esta mudança na matriz econômica deva ocorrer respeitando as três dimensões da sustentabilidade, que são a econômica, a social e a ambiental.

## **2- METODOLOGIA**

O presente artigo de abordagem qualitativa, tem como propósito proporcionar um aprofundamento das reflexões sobre as repercussões da atividade carbonífera no município de Candiota. A motivação pela escolha do município de Candiota ocorreu a partir do conhecimento de um projeto já existente no qual a problemática da atividade carbonífera esteve presente e despertou a atenção dos autores. Frente a isso, a coleta de dados deu-se por meio de uma entrevista informal com um dos integrantes do referido projeto, chamado Vidas de Carvão, e, também, a partir de revisões da literatura acerca do tema. A entrevista realizou-se de forma presencial a partir de um roteiro de perguntas que buscou captar nuances percebidas pela entrevistada e que não estavam descritos no documento final apresentado pelo projeto.



Para os resultados deste estudo, se apresentam as perguntas e respostas realizadas na entrevista. As respostas são apresentadas a partir do relato da entrevistada, com as adaptações que se julgou necessárias para a melhor compreensão deste artigo. Os resultados aqui alcançados tiveram por base os principais achados na entrevista, os quais repercutiram nas impressões evidenciadas.

### **3- REFERENCIAL**

O presente referencial inicia trazendo conceitos-chave que se fazem necessários, tendo em vista que são essenciais para a melhor compreensão dos resultados do artigo, sendo eles: formação sócio-espacial, ator, desenvolvimento, sustentabilidade e planejamento territorial. Posteriormente, aborda-se alguns dos principais resultados do projeto Vidas de Carvão: o conceito de rede carbonífera, a organização sócio-territorial do município, e as dimensões material, humana e política da rede.

#### ***3.1 Formação sócio-espacial, atores, desenvolvimento, sustentabilidade e planejamento territorial***

O conceito de formação sócio-espacial pode ajudar os geógrafos a analisar as formas de organização social nos diferentes tempos da história. Este conceito pode ser entendido como uma categoria para descrição e análise da formação econômico-social. As formas e estruturas aparentes devem servir para interpretar as leis internas, a essência, que as governa. Estas formas podem ser denominadas pelo conceito de arranjo espacial. O arranjo espacial é “uma estrutura de objetos espaciais, uma localização-distribuição organizada de objetos espaciais, uma totalidade de objetos estruturada em forma espacial” (MOREIRA, 2017, p. 75). Por isto, é uma categoria simultaneamente descritiva e analítica. A análise espacial, desta forma, consistiria em apreender as leis que regem a formação espacial a partir da descrição e análise do arranjo espacial, e vice-versa (MOREIRA, 2017).

Por sua vez, em relação aos atores, Raffestin (1993) considera que se tem a formação de um território quando um ator se apropria do espaço, seja de maneira concreta ou abstrata. Acrescenta que o espaço se configura em território quando sobre ele é projetado um trabalho, o qual sempre revela relações de poder. O autor argumenta que a própria representação do espaço já se configura como uma apropriação, e que toda representação se baseia em sistemas sêmicos. Raffestin defende que a cartografia moderna



privilegia uma “sintaxe” euclidiana que mobiliza apenas três elementos principais: ponto, linha e superfície. A combinação destes elementos resulta em representações eficazes, porque se trata de um jogo estrutural que preserva a relação dos objetos representados. O autor afirma que a delimitação de um território, o controle das cidades, o traçado de vias e rodovias, por exemplo, se definem a partir de uma axiomática euclidiana originada a partir de relações de poder. Entretanto, não é possível mostrar o sistema de axiomas dessas relações de poder. Para que isso fosse possível, seria necessário analisar, desde o Renascimento, as grandes políticas espaciais dos Estados com relação às suas realizações territoriais. Todo sistema de axiomas é sustentado por uma psicossociologia, uma ideologia e isso é histórico (RAFFESTIN, 1993).

Outro conceito importante na reflexão aqui proposta é o de desenvolvimento. Dentre aqueles que entendem desenvolvimento como equivalente a “desenvolvimento econômico”, Oliveira (2002) identifica a existência de duas correntes de pensamento. A primeira encara o crescimento econômico como sinônimo direto de desenvolvimento; já a segunda, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. A primeira corrente é constituída pelos modelos de crescimento de tradição clássica ou neoclássica, enquanto a segunda pelos modelos críticos, marxistas ou cepalinos. Nesta segunda corrente, a simples variação quantitativa do produto não caracteriza desenvolvimento, se não vier acompanhada por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas (OLIVEIRA, 2002).

Como a necessidade de crescimento econômico está presente nas duas abordagens que identificam o desenvolvimento como “desenvolvimento econômico”, ambas contêm o entendimento de que “quanto mais se tem, melhor é”. Isto é, ambas consideram como desenvolvidas aquelas sociedades que são capazes de produzir continuamente. Desta forma, os países passam a perseguir o crescimento sem se preocupar com os efeitos da acumulação desenfreada (OLIVEIRA, 2002). Entretanto, as preocupações sobre como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento econômico têm aumentado desde a década de 1990.

Um indício disso é a importância que tem hoje o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A questão central deixa de ser o volume produzido (embora isso continue sendo considerado) e passa a investigar de que maneira o que está sendo



produzido afeta a qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2002). Em 2013, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou o processo de construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável, que deve ser realizada entre 2015 e 2030. Um amplo e inclusivo sistema de consulta foi empreendido sobre questões de interesse global que poderiam compor a nova agenda de desenvolvimento. O documento resultante das negociações intergovernamentais chama-se “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (também conhecido como “Agenda 2030”), no qual os países se comprometem a promover o desenvolvimento sustentável (PNUD; IPEA, 2019).

Além dos dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constam também 169 metas, cuja ambição é erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. A composição da Agenda 2030 consiste em: uma Declaração; um quadro de resultados (os 17 ODS e suas 169 metas); uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais; e um roteiro para acompanhamento e revisão. Os 17 ODS, apresentados na Figura 1, são integrados e indivisíveis, e consideram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. São como uma “lista de tarefas” para serem cumpridas pelos governos, sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos (PNUD; IPEA, 2019).



FIGURA 1: Objetivos de desenvolvimento sustentável  
Fonte: Brasil. Itamaraty. 2019, S.N.



Também é importante abordar o tema do planejamento territorial. O ato de planejar objetiva alcançar um cenário concebido por meio da utilização e construção de instrumentos que permitam auxiliar na concretização do plano, sem desconsiderar os limites impostos pela realidade. O ato de planejar e as técnicas de planejamento não são somente úteis, mas também são condição necessária para que haja a construção deste futuro desejado, pois o não-planejamento significa um improviso sem horizonte (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2018).

Seguindo esta linha, destaca-se que o estado do Rio Grande do Sul tem se preocupado com as desigualdades regionais, principalmente a partir da década de 1990, e foram indicadas técnicas de planejamento territorial em sentido *bottom up* e *top down* no processo de superação dessas desigualdades. Em um primeiro momento, a preocupação se deu em função do empobrecimento de parte do território estadual, na porção sul, na fronteira junto ao Uruguai. Nessa época, foram criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), visando à participação da sociedade no planejamento e orçamento público. Os COREDES, então, se constituem como fóruns permanentes de discussão da sociedade civil sobre políticas e ações que levem ao desenvolvimento regional. A criação dos COREDES demonstrou o entendimento da época sobre a necessidade de protagonismo dos atores locais nas políticas de desenvolvimento. Entre os anos de 2015 e 2017, foram desenvolvidos por cada COREDE um plano estratégico regional. Alguns projetos oriundos destes planos passaram a compor a elaboração do orçamento do estado e outros projetos tiveram a possibilidade de financiamento pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Estas ações se configuram como um planejamento territorial em sentido *bottom up*. Já em uma perspectiva *top down*, é possível identificar que o desenvolvimento dos planos regionais foi estimulado pelo poder público estadual, por meio de financiamento por instrumento de convênio. Também se destacam os estudos de longo prazo que discutem os problemas estaduais, e apresentam cenários, os quais embasam os planos regionais. Ainda neste sentido, houve a definição de uma metodologia comum para a elaboração dos 28 planos dos COREDES (CARGNIN, LEMOS E CUNHA, no prelo).

### **3.2 Principais resultados do projeto Vidas de Carvão: rede carbonífera, organização sócio-espacial de Candiota, dimensões material, humana e política da rede**

De acordo com os resultados do relatório final apresentado pelo projeto Vidas de Carvão, a rede carbonífera consiste na rede de atividades, empresas, trabalhadores e discursos políticos que se forma a partir da exploração do carvão mineral da Jazida de Candiota. Estas atividades se conectam e se complementam a partir dos usos do carvão, e não obedecem a fronteiras político-administrativas. Cabe ressaltar que o tamanho da rede carbonífera da jazida de Candiota não é fixo, porque ela cresce com a construção de novas usinas termelétricas e diminui com o encerramento de alguma das atividades desenvolvidas pelos integrantes que a compõem.

Ao analisar a organização sócio-territorial, o relatório apontou que Candiota possui mais de um núcleo urbano em função da atividade carbonífera do município. Em consequência da evolução econômica do local, que ao longo do desenvolvimento das atividades industriais, de comércio e de serviços, por vezes, teve que aproximar ou afastar a mão de obra disponível na região, se desenvolveu esta polinucleação. A configuração territorial polinucleada impacta na vida dos moradores, por exemplo, na dificuldade de mobilidade de parte da população para usufruir das atividades urbanas, que se concentram principalmente no bairro Dário Lassance, localizado na sede do município.

Frente ao exposto, a dimensão material da rede carbonífera consiste na estrutura física identificada no projeto por meio de um mapeamento. Neste produto de síntese cartográfica constam o local de instalação das empresas que tem suas atividades ligadas direta ou indiretamente ao carvão, as correias que transportam o carvão da mina até as usinas, as linhas de transmissão, as rodovias que promovem deslocamentos relacionados à logística das atividades e as barragens construídas em função da atividade carbonífera. Também apresenta os deslocamentos diários dos trabalhadores em função de seu local de moradia.

A dimensão humana da rede diz respeito aos trabalhadores pertencentes à rede carbonífera da Jazida de Candiota, que se configuram como aqueles vinculados aos postos de trabalho ofertados diretamente pelas empresas que compõem essa rede, tanto públicas quanto privadas. A pesquisa classificou a vulnerabilidade dos postos de trabalho em relação à manutenção ou interrupção das atividades da rede. Concluiu-se no projeto Vidas de





Carvão que a maior parte dos trabalhadores está inserida em empresas que seriam impactadas pelo fim da exploração do carvão.

Em relação ao que se denominou como dimensão política da rede carbonífera, o projeto Vidas de Carvão criou dois grupos de classificação no que tange aos atores: grupo pró-carvão e grupo contra o carvão. O grupo pró-carvão em nível nacional age majoritariamente nos espaços institucionais de poder, como o Congresso Nacional, vinculado ao Poder Legislativo, e os Ministérios vinculados ao Poder Executivo. Já na esfera estadual, o grupo pró-carvão atua na Assembleia Legislativa do RS. O grupo político que o compõe é representado por empresários, parlamentares (principalmente do sul do país), organizações não-governamentais, e pesquisadores membros de instituições beneficiadas pela exploração do carvão mineral. No âmbito local, os discursos políticos do grupo pró-carvão se dão em eventos locais, em audiências públicas, e nas conversas cotidianas, tendo o jornal local como um grande aliado na disseminação da defesa do carvão. O grupo contra o carvão, em nível nacional, é composto pela sociedade civil e pelas organizações não-governamentais, cuja ação se dá a partir de discursos políticos que visam à substituição do uso do carvão mineral para a produção energética por outras fontes menos poluentes. Suas argumentações são dirigidas para audiências públicas no âmbito nacional, para alguns ministros (como, por exemplo, o do Meio Ambiente) e para meios de comunicação. Já na escala local, não foi encontrado nenhum grupo organizado que esteja pautando questões contra a existência ou ampliação do uso do carvão mineral no município de Candiota.

#### **4- RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste tópico, primeiramente são apresentados os resultados da entrevista. Apresenta-se as seis perguntas e suas respectivas respostas, sendo que nas respostas foram realizadas as adaptações julgadas necessárias para melhorar a compreensão de leitura. Após a apresentação do resultado da entrevista, são feitas as considerações finais.

##### **4.1 Resultados da entrevista**

*Pergunta 1: Seu grupo de pesquisa considera que existe em Candiota uma “rede carbonífera”. Em sua perspectiva de análise, qual o motivo para isso?*

Resposta: Nós começamos a estudar a questão e fizemos leituras de alguns textos para isso, para ver como se comportava a situação lá, e percebemos que não seria possível



compreender a situação sem ver quem eram os atores que atuavam na região e quais eram as trocas realizadas. Para isso, utilizamos dois capítulos do livro *Por Uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin. A partir disso, percebemos que a relação que os atores tinham entre si e com a materialidade do lugar possuía o que o autor denomina de “comportamento de tessitura”. Mas além de trocas entre os atores, também identificamos uma hierarquia entre eles, como em uma rede. Então pensamos que era mais adequado usar o termo rede e não tessitura, porque é como se fosse uma rede e se em algum lugar ela se rompe, outros lugares serão afetados.

*Pergunta 2: O que mais lhe chamou a atenção quando seu grupo de pesquisa constatou que Candiota possui mais de um núcleo urbano em função da exploração carbonífera do município?*

Resposta: Como nós fizemos estudos antes de ir a campo, nosso primeiro contato com a situação do município ser polinucleado foi por textos. Ou seja, a partir de referenciais bibliográficos, nós descobrimos que o município era polinucleado, o que foi uma surpresa para mim, porque eu nunca tinha conhecido um município assim. Mas ao conhecer a história de Candiota, fez sentido que ele seja polinucleado. Os processos que levaram à polinucleação são parecidos com os de alguns bairros que nascem para servir a uma atividade específica. Mas o que mais me chamou a atenção quando cheguei lá, foi o fato de não ter uma disputa tão grande entre os núcleos urbanos para ver qual é o central, sendo que isto era algo que eu tinha lido nas bibliografias. Os textos diziam que existia uma briga entre dois núcleos urbanos para disputar qual deles era o “centro” do município. Achei que perceberia uma disputa mais acirrada quando chegasse em campo, o que não aconteceu. Porém, não ficamos lá tempo o bastante para vivenciar o dia-a-dia, para poder sentir essas diferenças.

*Pergunta 3: Você entende que o fato da maior parte dos trabalhadores de Candiota serem terceirizados como sendo algo positivo ou negativo? Por quê?*

Resposta: No meu entendimento é negativo, porque cargos terceirizados costumam ser mais precários e com menos garantias. Com o resultado que encontramos, de que aproximadamente 92% dos habitantes de Candiota trabalham em empresas terceirizadas, ficamos preocupados. Acreditamos que a situação dos concursados e dos trabalhadores não-terceirizados é menos grave caso haja uma interrupção das atividades da rede



carbonífera, porque esses trabalhadores costumam receber mais garantias, de forma que é mais fácil encontrar outros trabalhos ou se mudar para outros municípios, se necessário. Uma prova desta maior precarização é de que quando estávamos em um dos trabalhos de campo, havia uma paralização dos trabalhadores terceirizados que trabalhavam em empresas relacionadas às obras da nova usina, que estava em construção na época. Suas reivindicações eram de coisas básicas, como por exemplo, que lhes fosse fornecido um transporte até Bagé, para realizarem compras, porque o comércio de Candiota é muito precário e muitos itens não podem ser encontrados no comércio municipal. Essa demanda já dá uma noção do impacto que é trabalhar como terceirizado.

*Pergunta 4: Que outros resultados você traria para a pesquisa que não foram colocados no relatório?*

Resposta: Dentro das possibilidades, colocamos todos os resultados no relatório. Tem apenas um aspecto que eu destacaria em relação a resultados que não foram apresentados, que se refere à dimensão política. Optamos por não entrar em detalhes tão aprofundados, mesmo que as experiências que tivemos lá tenham sido bastante profundas no que diz respeito a este quesito. A escolha por não aprofundar a discussão sobre isso no relatório se deveu ao fato de que para poder entender a situação que ocorre no município é importante que nós tenhamos um bom relacionamento com todo mundo, tanto com as empresas quanto com a prefeitura e com o legislativo. Então, marcar posição ou inferir coisas, mesmo que as estivéssemos percebendo, poderia fechar algumas portas. Além disso, como o relatório seria apresentado para todos, como um retorno para eles sobre o tempo que passamos lá, então, provavelmente os resultados seriam lidos e seria feita uma aferição sobre quais os objetivos do nosso trabalho. Dessa forma, nos posicionarmos sobre questões políticas de forma aprofundada poderia ser problemático. Apesar disso, estes resultados não estão totalmente ausentes no relatório e são aspectos fundamentais para entender o funcionamento da rede carbonífera.

*Pergunta 5: Uma vez constatado que, no geral, as autoridades e os habitantes são a favor da atividade carbonífera e que apenas ambientalistas são contra: o que você percebe como motivação para esses posicionamentos? Eles são “compreensíveis”?*

Resposta: Primeiro, quero destacar que não são somente os ambientalistas que são contra, mas eles são os únicos que têm coragem de assumir isso publicamente, justamente porque



eles têm a motivação da questão ambiental, porque é um fato que existem problemas ambientais na região. Isso é importante colocar, que não são só eles que sabem dos problemas ambientais, mas só eles se pronunciam publicamente sobre isso. Já em relação ao motivo da maior parte das pessoas da região se pronunciar a favor, a grande motivação é a questão econômica, a visão de desenvolvimento que eles têm e o vínculo empregatício que eles acreditam que essa atividade traz para eles. Então, é completamente compreensível, porque todo mundo precisa de trabalho e grande parte das pessoas se mudaram para o município em função desse trabalho e se esses trabalhos deixarem de existir, é claro que as pessoas pensam que os empregos delas vão deixar de existir. Ainda mais com o exemplo do declínio do núcleo urbano de Seival, que tinha a agropecuária como sustento, que era o que gerava desenvolvimento econômico naquela área. Essa atividade entrou em declínio em algum momento da história de Candiota, então eles têm um exemplo de núcleo urbano que investia num setor de renda e que parou de investir, e as pessoas enxergam o que aconteceu com esse núcleo. Assim, esse exemplo poderia ser também pensado para o resto dos núcleos com a interrupção da exploração do carvão. Então, além de ter essa preocupação que as pessoas conversam entre si, esta informação é veiculada constantemente pelo jornal local, pelas autoridades locais, então é bem compreensível que a população tenha esse receio. Durante o trabalho, vimos esse posicionamento, mais especificamente nas leituras de bibliografias, com falas dos habitantes como “[o carvão] polui, mas gera empregos”, então existe a consciência da problemática ambiental, mas há o vínculo empregatício que impossibilita levar em consideração a questão ambiental. Já os ambientalistas não têm esse vínculo empregatício, então podem se concentrar mais na questão ambiental.

*Pergunta 6: Você acredita que, se hoje fosse interrompida a atividade carbonífera, aconteceria o que os moradores temem ou não aconteceria?*

*Resposta:* Acho que na situação que está hoje, sim. É exatamente como a questão da obra da última usina que estava em construção. Tinha vários trabalhadores executando as obras, e quando elas se encerraram, não tinha onde alocar essa mão-de-obra e esses trabalhadores ficaram sem emprego e muitos tiveram que ir embora. Então, hoje há pessoas trabalhando na operação da usina, e se as atividades fossem interrompidas sem um plano de transição, seria muito problemático. E além da exploração industrial do carvão, outra coisa que se sustenta lá em função da rede é o comércio, que se sustenta porque há



bastante gente consumindo, ou seja, se essas pessoas ficarem desempregadas elas não conseguirão consumir e o comércio não vai conseguir absorver as pessoas desempregadas. Então, na situação que está hoje, se houver uma interrupção abrupta, vai colapsar o município. Mas isso não significa que essa situação não possa ser contornada. Ela pode ser contornada se houver um trabalho pensando no futuro, que é o objetivo de se fazer planejamento territorial, que todos os territórios deveriam fazer.

#### **4.2 Considerações finais**

Muitos conceitos próprios da geografia, servem como referência para entender o vínculo que Candiota possui com a atividade carbonífera. Para que haja a exploração do carvão, não basta a simples existência deste mineral no território, pois também é necessário que haja intencionalidade nesta exploração. Os atores imbuídos de intencionalidade produzem espaço e território, que, posteriormente, influenciam a sociedade que ali vive. Dessa forma, entende-se porque a formação sócio-espacial deste município que possui grandes reservas de carvão mineral está muito vinculada às atividades diretas e indiretas de exploração do carvão mineral, ao se considerar o valor social destinado aos combustíveis fósseis na sociedade pós-Revolução Industrial. Esta valorização promove intencionalidades, que são concretizadas por atores no espaço.

Entende-se, em consonância com a explanação da entrevistada, que a manutenção da atividade carbonífera no município está associada ao paradigma de desenvolvimento econômico ali existente, mas acrescenta-se que este é também o paradigma ainda dominante na sociedade de uma forma geral neste início do século XXI. Neste paradigma, a constante incrementação do produto é entendida como necessária. Assim, a exploração de combustíveis fósseis é entendida como desejável, porque promove incremento no produto interno bruto do território no qual ocorre. Entretanto, um movimento mais recente que incorpora a questão da sustentabilidade defende que outras prioridades precisam ser consideradas na análise do que é desenvolvimento. Entre elas, destaca-se a produção de energia limpa, o acesso à energia e o combate às mudanças climáticas.

Apesar do entendimento de que esta mudança no paradigma de desenvolvimento é necessária e que por meio dela é que serão modificadas as intencionalidades e, por consequência, a atuação dos atores na formação sócio-espacial, destaca-se que o planejamento territorial é importante para coordenar as ações dos atores, de forma a alcançar o objetivo almejado. Devem ser coordenadas iniciativas em sentido *bottom up* e *top*



down, de forma que o município de Candiota, bem como as demais regiões vinculadas à exploração carbonífera, possam estimular outras atividades econômicas e direcionar sua economia e seu desenvolvimento para atividades que sejam sustentáveis social, econômica e ambientalmente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. ITAMARATY. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. [S. N.], 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CARGNIN, Antonio Paulo; LEMOS, Bruno de Oliveira; CUNHA, Carla Giane Soares da. **Análise e prospectiva para o desenvolvimento territorial no estado do Rio Grande do Sul, Brasil: a experiência dos planos estratégicos de desenvolvimento regional (2015-2030)**. No prelo.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 192 p.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PNUD; IPEA. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: 17 objetivos para transformar nosso mundo**. [S. l.], 2019. Disponível em: [http://www.agenda2030.com.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.com.br/os_ods/). Acesso em: 8 mar. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf). Acesso em: 22 fev. 2019.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO (Rio Grande do Sul). Escola de Planejamento, Governança e Gestão. **Planejamento Estratégico aplicado ao Setor Público**. Porto Alegre: [s. n.], 2018.